



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL

## Parecer nº 23/2013-PG

**Assunto:** Análise do PL 148/2013 que cria cargos efetivos no âmbito do Poder Executivo.

**Referência:** Pedido informal da Coordenadora Legislativa e da Assessora de Comissões Permanentes.

**Interessado(s):** Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**Ementa:** Direito Administrativo. Direito Financeiro. Servidor Público. Criação de cargo/ vaga. CRFB. LC 101/2000 – LRF. Lei Municipal 2.617/2013 – LDO 2014. Necessidade de observância.

### I. Relatório

1. Trata-se de análise e parecer jurídico acerca da viabilidade (ou não) constitucional e legal do PL supra referido.

É o que basta relatar. Passo a fundamentar.

### II. Fundamentação jurídica

2. A CRFB diz que:

*Art. 169. A **despesa com pessoal** ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios** não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.*

*§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a **criação de cargos**, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, **pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta**, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, **só poderão ser feitas**:*

*I - se houver **prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes***;

*II - se houver **autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias**, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (grifo nosso).*

3. A LRF é ainda mais enfática:

*Art. 17. **Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.***



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL

**§ 1o Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.**

**§ 2o Para efeito do atendimento do § 1o, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1o do art. 4o, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.**

**§ 3o Para efeito do § 2o, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.**

**§ 4o A comprovação referida no § 2o, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.**

**§ 5o A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2o, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. (grifo nosso)**

**Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:**

**I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes; (grifo nosso).**

4. Por fim, a própria LDO (2014) Municipal, no art. 15, prevê que:

**A criação de cargos, a alteração de estrutura de carreira, admissão de pessoal a qualquer título, concessão de qualquer vantagem, ou aumento de remuneração só poderão ser feitos se houver prévia dotação orçamentária para atender às projeções de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e atender ao disposto na Seção II e aos artigos 70 e 71 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL

---

5. Não obstante o PL traga como anexo uma planilha demonstrando o impacto orçamentário-financeiro para os próximos 12 (doze) meses, como pode-se observar, tal demonstração não é suficiente para suprir as exigências legais, as quais devem ser atendidas antes do projeto ser levado a Plenário.

### III. Conclusão

6. Diante da argumentação exposta, quanto ao aspecto jurídico, da forma como se apresenta esta proposição, entendo ser ela inconstitucional e ilegal, haja vista que não foram demonstrados os requisitos da CRFB, tampouco os da LRF – dotação orçamentária, fonte de custeio/compensação e impacto orçamentário-financeiro para os 2 (dois) exercícios subsequentes.

É o parecer que submeto à consideração.

Novo Hamburgo/ RS, 01 de novembro de 2013.

  
**Fernando Mizerski**  
Procurador